

Rui Lopo
(rui.lopo@gmail.com)

Contribuição para a Re-construção da Ideia de Universalidade Notas para um elogio crítico de Kant (*excerto de um estudo*)

Montaigne, Pico de la Mirandola e outros renascentistas abriram o caminho para a afirmação da inexistência de uma natureza humana (dada, pré-determinada, fixa, imutável). Há que relacioná-lo – e demonstrar esta relação como uma *implicação necessária* – com a descoberta moderna da universalidade, mais ou menos correlativa da descoberta da universalidade da razão e da racionalidade do universal, correlativos estes por sua vez da geografia inventiva da modernidade que propôs novos continentes à consciência mediante uma cartografia totalizante e do projecto da matematização universal, por sua vez correlativos às ético-políticas de visio cósmico e à adveniência processual da *filantropia* (desde Kant) e de uma jurisdição política máxima, segundo a revolução cosmopolítica (os cortes epistemológicos da modernidade afinal também estabeleceram novos elos e nexos entre cosmologia, antropologia e metafísica).

O erro (de *tradução*?) de interpretação mais comum neste ponto prende-se com a colocação da relação entre a *universalidade da razão* e a *racionalidade do universo*, que nos faz levantar imediatamente a já clássica objecção que consiste na prudência em relação à pretensão totalizante e projectiva da razão sobre o universo no momento que apenas sucedeu que a razão se desvendou ou equacionou a si própria como universal, isto é, como comum a todo o género humano.

A exclusão de quaisquer humanos da dignidade ontológica humana (isto é de agentes de ingrediência e agência da humanidade no ser e do ser na humanidade) tornou-se formalmente inviável com a declaração de 1791 e com a de 1945. Todavia, esta universalidade descoberta e revelada foi desde logo confundida com algo de definitivamente *real*, quando representa apenas uma ainda limitada (no tempo, espaço e radicação social) forma de auto-consciência de alguns aspectos do processo sócio-histórico de construção concreta do universal, em acto e deveniência.

§1

Encontra-se no conceito de *Universalidade* de Kant uma chave. Uma chave hermenêutica. Um ponto de partida. Um lugar em que a consciência filosófica europeia se (auto-)concebeu como capaz de uma abrangência máxima, ou total, que inaugurou os tratamentos posteriores da questão do *universal*: lugar em que se encontram não só as perenes pretensões de conhecimento, interpretação e compreensão do Mundo, mas igualmente o lugar em que se dá a auto-revelação de que tais pretensões influem determinantemente sobre quaisquer juízos relativos aos próprios conhecimento, interpretação e compreensão do mesmo Mundo.

§2

A chamada *viragem copernicana* – mais do que um novo alento dado a um *idealismo* assoberbado pelo acúmulo crescente de dados empíricos que vinham enriquecer o conjunto das disciplinas da Filosofia Natural, ou Cosmologia – constitui uma tentativa de estabelecer uma discursividade¹ (que se quer) *realista* (mas que ao assumir-se como *racional* e ao dar-se a si própria um conceito do que seja essa racionalidade em uso sobre si própria se torna, *devém* e – finalmente – se exerce como *crítica*) sobre os limites e as possibilidades humanas de conhecer, num momento em que se já afirmava o carácter ilimitado da perfectibilidade humana (de um ponto de vista histórico-moral).

§3

Não é possível deixar de contar este outro Kant como um dos grandes viajantes e exploradores do grande ciclo inaugurado com as navegações ibéricas do século XV e XVI. Os grandes cartógrafos do mundo devolvido à sua inteireza, revolvido à sua totalidade, colaboram no mesmo mapeamento do real a que Kant procede.

§4

A descrição do mundo e (com ela) o reconhecimento mais ou menos doloroso da sua descritibilidade (como, contrapolarmente, da mundanidade das humanas descrições dele) fazem com que o mundo universalmente descrito seja indiscernível da manifestação de um sujeito que a si mesmo só se concebe como agente dessa descoberta ou desse reconhecimento.

§5

O sujeito começa a conceber-se como lugar de revelação do universal. O cartógrafo, mais do que como um técnico, deve ser visto como o sujeito cuja humanidade se exerceu (exercitou e actualizou) na representação do universal, vindo assim a servir de modelo ao homem cosmológico moderno ou homem cósmico: um humano que só se concebe como lugar de percepção, apreensão ou construção *agente* de universalidade (o adjectivo *agente* aplica-se igualmente à percepção e à apreensão). A ética da integridade é a ética da inscrição permanente de si na universalidade: isto deixou-se dizer para Kant como *filantropia* e *cosmopolitismo*.

§6

O cartógrafo do mundo global e uno pré-contém em si uma declaração dos direitos do homem. Nenhum indivíduo poderá agora deixar de ser mundial, ou representar-se como ingrediente e agente de um todo dado de forma humana cada vez mais ampla ou amplamente cada vez mais humana.

§7

Nenhum sujeito poderá agora presumir-se isento de uma representação do universo como totalidade dada ou do todo como universalidade. Cada um colabora – em todas as

¹ Dizemos discursividade e não *discurso* para sublinhar que mais do que ter lançado uma concatenação discursiva determinada (um *discurso* que se deixa dizer como *transcendental* ou *crítico*), Kant abriu uma possibilidade discursiva cuja operatividade é dotada de duração historicamente longa e assinalável, cuja superação ainda não foi definitivamente consumada. “Quanto aos que observam um método *científico*, têm a escolher entre o método *dogmático* e o método *céptico*, mas em qualquer dos casos têm a obrigação de proceder *sistematicamente*. (...) A via *crítica* é a única ainda aberta” (*A história da razão pura*, Capítulo IV da *Doutrina Transcendental do Método*, II parte da *Crítica da Razão Pura*, A856 B 884, edição portuguesa, Lisboa, FCG, 1994, tradução portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, 3ª edição, p. 673).

suas actividades práticas ou teóricas (e esta díade clássica tem aqui um uso operativo, mas deve ressaltar-se um seu entendimento dialéctico, permitido pelo reconhecimento da sua multidimensional interdependência) para a complexificação do conceito de universalidade, sem a qual cada um se não pode simplesmente manifestar.

§8

As pretensas afrontas contemporâneas a esta dimensão do real constituem afinal uma declaração de impotência (historicamente resolvida como uma mera dificuldade teórico-prática - nos termos antes enunciados - provisória e circunstanciada) relativamente à possibilidade de esclarecimento do lugar (entendendo-se aqui a noção de *lugar* como modalidade de inscrição e não como acima fizemos, como receptividade expressiva) do indivíduo, do sujeito e dos colectivos (em suas múltiplas e – conflituamente sociais e subjectivas – dimensões) numa nova *ideia* de totalidade ou na nova universalidade dada em processo de devenida sem fim à vista. Devenida esta que se deixa chamar progresso por quantos assumem a responsabilidade de inscrição humanizante na história, correlativa do reconhecimento da historicidade do que seja humano.

§9

No caminho aberto pela atitude crítica – e hoje mais do que nunca atentos à dimensão do dizer e do formular e à distância entre o que é e o que se diz do que é – mas precavidos contra ontificações extremadas do discurso, afirmamos que as *Luzes* procederam à renovação da metafísica ou à sua continuação em novos termos, ora anti-teológicos, separando-se o que antes seria inconcebível cindir: cosmologia, teologia, metafísica (mas afinal, re-unindo-as de outra forma, como se sugeriu na introdução). É nestes termos que devemos afrontar a kantiana consideração *metafísica* da universalidade, como momento na (filosofia da) história de todas as universalizações. A infundável conotação dos termos, a inconcebível exauribilidade da sua polissemia, não nos deve dissuadir de proceder ao esforço (paradigmaticamente historiográfico, mas não só) de detecção dos seus momentos determinantes, não em termos de uma instante e inescapável retroactividade mágico-hermenêutica – de sobrevalorização do momento presente – mas de acordo com uma percepção de reciprocidade lógica de todos os momentos a considerar numa série que se pretende intérmina para ser objectivamente válida: Sem paradoxo, é o visar situadamente concreto deste intérmino e interminável que garante e possibilita a construção da objectividade actual possível.

§10

A *universalidade* – cujo percurso procuramos acompanhar em seus recuos e avanços – veio redefinir e substituir a ideia de *unidade*, operativa como fundamental *medida* geométrica e filosófica, mas tantas vezes hipostasiadamente estatuída em princípio ou substância, fundamento e estrutura determinante.

A universalidade depende mais ou menos da ideia de universo consoante o modo pelo qual deste extraímos aquilo que lhe seja próprio e peculiar, (o que se poderia dizer *universidade*, enquanto que aquela já remete para um terceiro grau de abstracção, devendo cautelosamente prender-se ao universal e só depois ao universo e à *universidade*. Para este fim, utilizaremos as noções de universal e universário).

§11

É num mundo ainda fechado que ocorre a Newton a ideia do *espaço absoluto*, que Kant re-velará como forma pura de todos os espaços.